

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O Espírito Santo vivenciou a maior crise hídrica dos últimos 80 anos, que afetou todos os setores da economia, principalmente aqueles que dependem diretamente da água, como a agricultura, pecuária e o abastecimento humano. Vários municípios decretaram estado de emergência e o Governo do Estado editou legislação com regras restritivas de uso da água para garantir o abastecimento da população e a dessedentação animal. Em 2016, as chuvas permaneceram abaixo da média pelo terceiro ano consecutivo, ocasionando a seca completa de vários mananciais do interior do Estado. Diante desse cenário, a Cesan precisou buscar outras fontes para captação de água como a perfuração de poços profundos e contratação de carros pipas para garantir o abastecimento de água potável.

Os principais rios que abastecem a Grande Vitória, o Jucu e o Santa Maria da Vitória, atingiram vazões abaixo do nível crítico, fazendo com que a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arsp) determinassem a implantação de sistema de rodízio no abastecimento de água para cerca de dois milhões de habitantes da região.

Com o início do período chuvoso em dezembro de 2016, o abastecimento de água foi normalizado nas localidades e municípios do Estado. Porém, com o volume de precipitação menor do que as médias históricas, permanece em pauta o cenário de escassez hídrica. A Cesan e o Governo do Estado estão promovendo campanhas para a redução do consumo de água, mudança de hábitos além de iniciativas voltadas para a conservação do solo, reflorestamento, implantação de reservatórios de água, ampliação da cobertura de esgotamento sanitário e outras ações para garantir água em quantidade e qualidade para os dias atuais e para as gerações futuras.

Em 2016, com o agravamento do cenário macroeconômico, o setor de saneamento também foi afetado. Em consonância com as diretrizes de austeridade do Governo do Estado, a Companhia manteve e ampliou as medidas de redução de custos iniciada em 2015, como a redução da estrutura orgânica, ampliação do Programa de Incentivo à Aposentadoria e Desligamento Voluntário, não renovação de aluguéis de áreas administrativas, intensificação das ações comerciais, redução de contratos com terceiros e até mesmo paralisação temporária de algumas obras, que já foram retomadas e atualmente estão todas em andamento. Todas as medidas foram tomadas com os objetivos de manter os serviços com qualidade e ter capacidade, mesmo neste momento de crise, de ampliar e cumprir a missão da Companhia: *"Prestar serviços de saneamento com sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida"*.

Aliadas às boas práticas de gestão que vêm sendo implantadas ao longo dos últimos anos e acompanhadas do engajamento dos empregados, as medidas tomadas permitiram à Cesan apresentar um resultado econômico positivo mesmo diante de todo cenário de adversidades, além de concluir obras importantes para a melhoria da qualidade de vida, como a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, que melhoram a saúde da população e reduzem a poluição do meio ambiente.

Em 2016, o Governo do Estado integralizou os dividendos a que tem direito como acionista majoritário da Companhia. Os recursos foram destinados para a continuação das obras de saneamento que trarão grandes benefícios para a população.

A fim de enfrentar a crise hídrica, a Cesan, em parceria com o Governo do Estado, lançou vários projetos para melhorar a oferta de água no curto, médio e longo prazo. Entre as principais iniciativas estão a construção do novo Sistema Reis Magos para captação e tratamento de água no município de Serra, assinatura de contrato de financiamento entre Governo do Estado e Banco Mundial no valor de US\$ 323 milhões, cerca de R\$ 1,2 bilhão de reais, para o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que visa fomentar a gestão dos recursos hídricos, promover o uso coordenado da água, do solo e recursos relacionados para o desenvolvimento sustentável do Estado, projeto de construção da barragem do Rio Jucu para abastecimento dos municípios de Vila Velha e Cariacica e construção de várias outras barragens no interior do Estado em parceria com a Secretaria de Agricultura, bem como utilização de água de reu-

so das Estações de Tratamento de Água e Esgoto da Companhia, transformando-a em uma potencial fonte de receita e redução da água captada nos mananciais.

RESULTADOS

A receita líquida atingiu R\$ 712,1 milhões e apresentou um crescimento de 11,65% em relação ao período anterior. Esse crescimento deve-se principalmente ao impacto dos reajustes tarifários de 10,59% e 11,06% concedidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arsp) nos meses de agosto de 2015 e 2016 respectivamente e o incremento de 49.851 economias de esgoto no ano de 2016. A geração de caixa operacional (Ebitda) foi de R\$ 204 milhões e o lucro líquido de R\$ 91,4 milhões.

Os investimentos da Cesan em 2016 totalizaram R\$ 186,6 milhões e foram destinados principalmente para a construção de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário que beneficiaram 2,3 milhões de pessoas com água tratada de qualidade e 1,4 milhões de pessoas com coleta e tratamento do esgoto.

Por fim, pelo segundo ano consecutivo houve queda no volume de água produzida e distribuída pela Companhia, demonstrando claramente a mudança de hábitos no consumo de água pela população. A Cesan, atenta a este novo cenário desafiador, está revisando seus processos e o modelo de negócio em busca de parcerias estratégicas para aumentar a capacidade de investimentos de forma a assegurar a universalização do abastecimento de água e ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, garantindo mais saúde para a população e contribuindo com a despoluição do meio ambiente no Espírito Santo.

A Administração

1. CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Ao longo do exercício de 2016 a Cesan manteve as 52 concessões, sendo que 11 foram renovadas segundo a Lei 11.445/07, e auxiliou vários municípios a elaborarem seus Planos Municipais de Saneamento. A Companhia espera realizar a renovação dessas concessões dentro do próximo exercício.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL**2.1. Programa Pró-Rural**

O Pró-Rural – Programa Especial para Comunidades Rurais, criado em 1991, atua na elaboração de projetos e execução de obras de implantação, melhoria e ampliação de sistemas de saneamento em localidades de pequeno porte. Os projetos são elaborados por meio de contratos, custeados com recursos próprios Cesan, e as obras são realizadas com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as prefeituras municipais.

A gestão e operação dos sistemas de saneamento implantados pelo Pró-Rural são realizadas por moradores da própria comunidade, que recebem treinamento e suporte técnico da Companhia. Há cobrança de tarifa, que é totalmente utilizada pela gestão comunitária para manutenção e operação do sistema. Desde 2008 são instalados hidrômetros nas ligações domiciliares. O operador faz a leitura dos hidrômetros e a tarifa é cobrada conforme o volume de água consumida. O município por vezes também atua no suporte financeiro à operação e manutenção nos sistemas implantados pelo Pró-Rural. A Cesan realiza suporte técnico ao tratamento e à mobilização da comunidade para autogestão, treinamento dos operadores indicados pela comunidade, além de suporte eletromecânico em equipamentos e automação de sistemas.

Em 2016 foram destinados R\$ 289 mil para obras de sistemas de saneamento rural do Pró-Rural. A Companhia também forneceu suporte operacional através de 172 atendimentos realizados em 21 municípios. Implantou uma estação de tratamento de água tipo piloto, que faz uso da tecnologia de ultrafiltração, na localidade de Limoeiro, no município de Castelo, na Região Sul do Espírito Santo.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

2.2. Tarifa social

A tarifa social é um benefício da Cesan, concedido em forma de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os descontos podem chegar a 60% do valor da tarifa.

2.3. Subvenção de tarifa

Benefício concedido como desconto sobre as tarifas de água e esgoto a entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, caracterizadas pela prestação gratuita de serviços à sociedade e que tenham

personalidade jurídica de direito privado e reconhecimento de utilidade pública pelos órgãos que tratam do bem estar social. Os descontos são de 50% da tarifa e o valor total mensal destinado às subvenções não pode ultrapassar 0,2% (dois décimos por cento) da receita operacional da Cesan, registrada no Balanço da Companhia. Em 2016, a Companhia destinou R\$ 596 mil para esse benefício.

2.4. Doações e patrocínios de eventos

No exercício de 2016 a Cesan apoiou diversos projetos com recursos das Leis de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, como a Lei 8.313/91 (Lei Rouanet – Projetos Culturais e Artísticos) e Lei 11.438/2006 (Projetos desportivos e paradesportivos).

Projeto	Entidade	Valor	Fonte
Vitória Ilha do Mel	Pro Texto Comunicação e Cultura Ltda	10.000,00	Lei Rouanet
4º Festival de Música Santa Leopoldina	COES - Cia de Ópera do Espírito Santo	20.000,00	Lei Rouanet
Restauro do Telhado do Convento do Carmo	Instituto Modus Vivend	130.000,00	Lei Rouanet
Espírito Santo	Pro Texto Comunicação e Cultura Ltda	25.000,00	Lei Rouanet
Vôlei Vida	Assoc. Moradores Guaranhuns - VV	5.000,00	Lei do Esporte
Escola de Esporte e Cidadania 4	Instituto Viva a Vida	25.000,00	Lei do Esporte
23º Festival de Cinema de Vitória	Instituto Brasil de Cultura e Arte	10.000,00	Lei Rouanet
Total de Incentivos		225.000,00	

3. MEIO AMBIENTE, RELAÇÕES COM A COMUNIDADE E CONTROLE DA QUALIDADE

3.1. Meio ambiente

3.1.1. Gestão ambiental

A Cesan conta com uma Divisão de Gestão Ambiental que coordena as ações de regularização ambiental, para adequar as unidades operacionais da Companhia às legislações de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos e uso e ocupação do solo. São feitas análises dos projetos de saneamento desde a concepção até a execução, com enfoque na redução de riscos e passivos ambientais. As diversas áreas da Cesan recebem orientação para o monitoramento das atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, relacionadas à implantação e operação dos sistemas. São analisados e comparados os resultados de monitoramentos e emitido alerta quanto aos parâmetros de qualidade ambiental. Também é feito o acompanhamento e controle de forma sistemática do atendimento das condicionantes dos compromissos ambientais, Licenças e Outorgas, visando garantir o atendimento dos prazos, auxiliando na elaboração de documentos que são enviados aos órgãos de controle e fiscalização.

3.1.2. Comitês de bacias hidrográficas

Os comitês de bacias hidrográficas são fóruns que compõem o Sistema Estadual e Nacional de Recursos Hídricos, sendo a primeira instância de discussão e gestão do uso das águas. A Cesan, na condição de usuária direta dos recursos hídricos para benefício de grande parcela da população capixaba, participa de todas as etapas de constituição dos comitês de bacia. Dessa forma a Companhia entende que contribui para o fortalecimento da gestão democrática, justa e equilibrada do uso das águas no Espírito Santo.

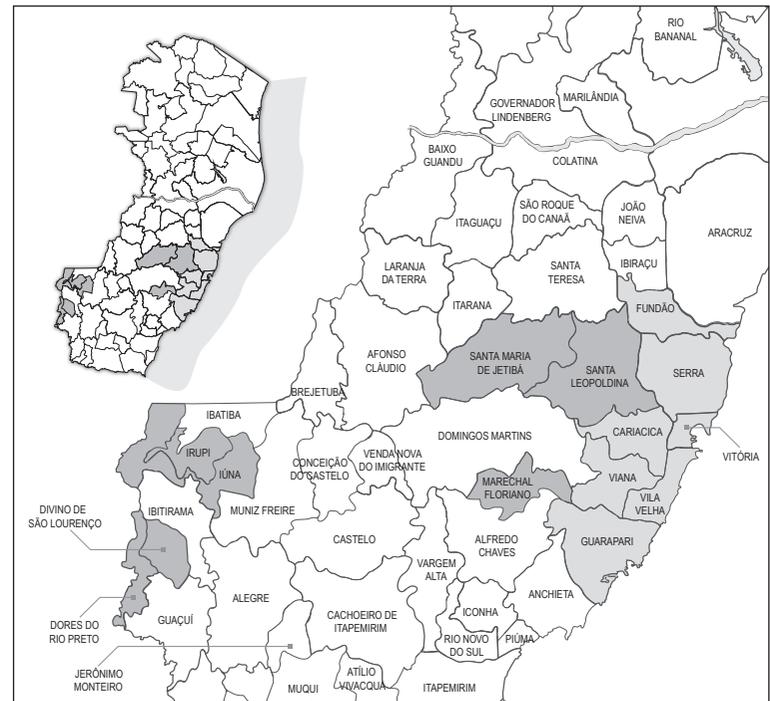
A Cesan está presente em todas as 12 grandes regiões hidrográficas do Estado e se mantém atuante como membro dos comitês de bacia, além de participar ativamente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Em 2016, em função da grave crise hídrica que atingiu o Espírito Santo, a participação dos representantes da Cesan nesses fóruns foi importante nas definições dos Acordos de Cooperação Comunitárias, que estabeleceram regras de uso dos rios em função do volume e vazão dos mananciais.

3.1.3. Monitoramento de recursos hídricos

3.1.3.1. Programa de monitoramento ambiental

O Programa de Monitoramento Ambiental de Obras de Saneamento da Cesan contempla o monitoramento de rios, estuários e praias para construir indicadores que relacionam a evolução na qualidade dos recursos hídricos aos impactos positivos das obras de coleta e tratamento de esgoto realizadas pela Cesan na Região Metropolitana da Grande Vitória e previstas para as Regiões Serrana e do Caparaó, em grande parte com recursos do Banco Mundial.



3.1.3.2. Rede hidrométrica de monitoramento dos mananciais

A Cesan investe na aquisição de equipamentos de medição direta de vazão em rios de pequeno e médio porte. Em 2014 foram instaladas seis estações fluviométricas, sendo quatro automáticas com telemetria, dando início ao acompanhamento direto do nível e vazão dos principais mananciais que abastecem a Região Metropolitana da Grande Vitória. Em 2015 foi instalada mais uma estação fluviométrica automática com telemetria. Em 2016 foram realizados monitoramentos intensivos nos rios devido à crise hídrica, chegando a monitoramentos diários de vazões *in loco* para garantir informações precisas da vazão do rio para tomada de decisão das áreas operacionais.

As estações fluviométricas e as medições diretas nos rios Jucu e Santa Maria da Vitória também fornecem informações importantes para as tomadas de decisão do Governo do Estado no que se refere às regras de uso da água nas duas bacias e na dinâmica de operação dos sistemas de abastecimento, subsidiando inclusive a decisão de implantação do rodízio no abastecimento de água para a Grande Vitória em 2016.

Esse monitoramento permite conhecer a disponibilidade da água resultando em ações em três dimensões: estratégica, para subsidiar a Empresa em ações preventivas frente a períodos de cheias ou escassez

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

e melhor dimensionamento das suas unidades de abastecimento de água e tratamento de esgoto; ambiental, para captar do rio o que ele realmente pode oferecer ou lançar uma carga orgânica que ele pode diluir, num melhor ajuste entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental; legal, no cumprimento de condicionantes de outorga conforme previsto para algumas captações.

Estação fluviométrica	Manancial	Município	Sistema atendido	Início da operação	Tipo
Duas Bocas	Rio Duas Bocas	Cariacica	Duas Bocas	Ago/2012	Convencional
Jucu	Rio Jucu	Viana	Jucu	Nov/2014	Telemétrica
Benevente	Rio Benevente	Anchieta	Guarapari	Dez/2014	Telemétrica
Santa Maria da Vitória (Aruaba)	Rio Santa Maria da Vitória	Serra	Santa Maria	Dez/2014	Telemétrica
Jaboti	Córrego Jaboti	Guarapari	Guarapari	Fev/2014	Telemétrica
Santa Maria do Doce	Rio Santa Maria do Doce	São Roque do Canaã	São Roque do Canaã	Abr/2014	Convencional
Santa Maria da Vitória (Faz. Santa Rosa)	Rio Santa Maria da Vitória	Santa Leopoldina	Santa Maria	Jul/2015	Telemétrica
Santa Teresa	Córrego São Pedro	Santa Teresa	Santa Teresa	Nov/2015	Convencional

3.1.4. Projetos de recuperação ambiental

3.1.4.1. Projeto de compensações ambientais

É executado em diversos municípios do Estado, que constituem áreas de compensação ambiental das obras realizadas pela Cesan. Atualmente está em execução um conjunto de compensações ambientais, no total de 25,89 hectares, nas seguintes localidades:

Áreas de execução dos PRADS Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas
Propriedade Rural (nascentes) - Santa Leopoldina
Captação - Montanha
Parque Municipal Morro do Marista - Vila Velha
Parque Estadual Pedra Azul - Domingos Martins
Fazenda Centro - Castelo
Floresta Municipal - Dores do Rio Preto
Parque Paulo Cesar Vinha - Guarapari

Período de Implantação e Manutenção: Fevereiro de 2016 à Fevereiro de 2020

Área Reflorestada: 258.900 m²

Plantio: 34.000 mudas

Investimento: R\$ 728.204,88

O trabalho consiste da implantação de reflorestamento ambiental utilizando essências florestais nativas, constituição de cerca, abertura de aceiros e realização de serviço de manutenção do plantio com a execução das atividades de replantio, roçagem seletiva, controle de exóticas e cipós, coroamento da muda, aplicação de formicida, irrigação, adubação complementar e supervisão técnica. Como resultados a serem alcançados, pode-se citar a promoção da recuperação ambiental, preferencialmente, de áreas de Unidades de Conservação estaduais e municipais, proteção do solo e recursos hídricos, recuperação de nascentes e da biodiversidade natural.

3.1.4.2. Unidade de Conservação - Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN

Em 2016 a Cesan recebeu do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) o certificado de reconhecimento da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Boa Fé, localizada em Afonso Cláudio. É a primeira RPPN de uma empresa de saneamento no país, segundo o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão ambiental do governo brasileiro responsável pelo gerenciamento das Unidades de Conservação do Brasil.

A RPPN está localizada junto à Estação de Tratamento de Esgoto da Cesan no município e possui área preservada de 141.900 m² que contribuem para a manutenção da diversidade florestal colaborando com a conservação da água e do solo.

3.1.5. Projeto Mangaraí

Trata-se de iniciativa piloto, com duração prevista para cinco anos, para recuperação ambiental da sub-bacia do Rio Mangaraí, que integra a Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória. Faz parte da carteira de projetos do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que o Governo do Estado do Espírito Santo executa com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O objetivo do projeto é reduzir os sedimentos nos cursos d'água e ampliar a quantidade e qualidade da água. Os beneficiários diretos são 3.738 habitantes na Bacia do Rio Mangaraí. Já o público beneficiado indiretamente totaliza aproximadamente 600 mil habitantes da Região Metropolitana da Grande Vitória, que são abastecidos com água captada no Rio Santa Maria da Vitória.

Ações previstas:

- Boas práticas agrícolas em 3.800 hectares, com adequação ambiental, agricultura orgânica e Programa Reflorestar, a serem executadas na Bacia Hidrográfica do Mangaraí.
- Adequação de 250 km de estradas de terra, para minimizar a erosão, com boas práticas ambientais, dentre elas confecção de caixas secas.

3.2. Relações com a comunidade e educação ambiental

Por meio da Divisão de Relações com a Comunidade, a Cesan desenvolve diversos programas e projetos voltados para divulgar a importância dos serviços prestados, promover a adesão, o uso e a conservação dos sistemas de água e esgoto e promover o diálogo e a aproximação com a comunidade. O trabalho engloba as frentes: educação ambiental, comunicação social e mobilização comunitária. Existem dois e-mails para interação com a sociedade: educa.ambiental@cesan.com.br e o comunidade@cesan.com.br.

Em 2016 foi possível atender a um público superior a 43 mil pessoas da Região Metropolitana e interior.

Programas e projetos desenvolvidos:

3.2.1. Programa Cesan na escola

Atende à demanda espontânea de escolas públicas e privadas da educação infantil ao ensino médio. O trabalho envolve a realização de atividades educativas por meio de recursos didáticos diversos adequados ao público e à ações tais como: maquetes sobre o tratamento da água e do esgoto; maquete de imóvel com as instalações corretas de água, esgoto e drenagem e sobre economia de água; jogo do rio; contação de histórias; banners relacionados ao tema saneamento; concursos educativos e vídeos.

3.2.2. Programa de visitas monitoradas às ETAs e ETEs

Tem por objetivo proporcionar melhor compreensão sobre os serviços de saneamento prestados pela Empresa e sensibilizar para a preservação dos recursos hídricos. Desenvolvido em parceria com áreas operacionais de água e esgoto, atende principalmente à demanda espontânea de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, além de instituições de ensino superior e técnico, inclusive alunos com deficiência auditiva. A visita à Estação de Tratamento de Água (ETA) pode ser realizada por alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), a partir do 3º ano do Ensino Médio.

3.2.3. Atendimento às condicionantes de comunicação social e educação ambiental

Atende a uma obrigação legal em função da implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

São realizadas reuniões com a comunidade, reuniões com lideranças, visitas monitoradas às estações, realização de palestras, dia do Saneamento, capacitação de agentes multiplicadores em saneamento, exposição de maquetes e banners, exibição de vídeos, entre outras atividades.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Em 2016 foram realizadas ações para atendimento de condicionantes de comunicação social e educação ambiental nos municípios de Guarapari, Bom Jesus do Norte, Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Nova Venécia, Vila Valério, Santa Teresa e no sistema de água de Reis Magos.

3.2.4. Comunicação social de obras

Realizada junto a comunidades que recebem obras de implantação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. São feitas abordagens domiciliares, reuniões com lideranças e com a comunidade, capacitação em saneamento ambiental, visitas técnicas, visitas monitoradas a estações de tratamento de água e esgoto, sonorização volante, cinema na comunidade, dentre outras ações.

3.2.5. Atendimento a demandas espontâneas das comunidades referentes aos serviços de água e esgoto

As demandas das comunidades para implantação e melhorias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sobre o funcionamento dos sistemas operados pela Cesan são recebidas e encaminhadas, buscando estabelecer um canal direto de diálogo entre sociedade e Empresa.

3.2.6. Sensibilização interna

É uma atividade educativa voltada para o público interno, constituído de empregados, estagiários, adolescentes aprendizes e terceirizados.

Em 2016 foi realizado o evento Um Dia na Cesan, voltado para trazer familiares de empregados para conhecer os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

3.2.7. Comunicação de interrupção programada nos sistema de abastecimento de água

A Cesan informa com antecedência às lideranças comunitárias e formadores de opinião sobre paralisações programadas no sistema de água e a respeito da necessidade de economia de água pela população. A comunicação é realizada por meio de envio de SMS e e-mails para lideranças comunitárias.

3.2.8. Unidade móvel de educação ambiental

Trata-se de caminhão baú contendo recursos didáticos como painéis retroiluminados sobre o tema Água, painel em *ploter* apresentando os serviços da Cesan, maquete retratando as instalações intradomiciliares corretas de água e esgoto e monitor *touchscreen* com plataforma interativa. A unidade permite abordar vários assuntos e adequar a ação ao público e ao tempo disponível para atendimento. As atividades usualmente realizadas em escolas e eventos ambientais.

3.2.9. Encontro com lideranças

Tem os objetivos de estreitar a relação da Cesan com as lideranças comunitárias, qualificar o debate sobre assuntos relacionados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestar contas e apresentar os investimentos realizados, em andamento e previstos.

3.2.10. Pesquisa de satisfação das lideranças comunitárias

A pesquisa analisa o processo de interação entre o líder comunitário e a Cesan, além de identificar a satisfação das lideranças comunitárias da Grande Vitória. São avaliados aspectos relacionados aos serviços de água, de esgoto e de relacionamento com as lideranças. Os resultados são disseminados nas áreas operacionais, sendo um instrumento de apoio para análise e proposição de melhorias em seus processos de trabalho.

Programa/Ação	Quantitativo
Cesan na Escola	11.021
Visitas Técnicas Monitoradas à ETA e ETE	2.301
Se Liga na Rede	6.469
Comunicação Social de Obras	13.867
Atendimento a demandas espontâneas das comunidades referentes aos serviços de água e esgoto	264
Educação Ambiental - Sensibilização Interna	119
Educação Ambiental - Sensibilização Externa	1.778
Comunicação de interrupção programada nos sistema de abastecimento de água	1.237
Unidade Móvel de Educação Ambiental	3.615
Sensibilização com Terceirizados da Cesan	341
Encontro com Lideranças comunitárias da Grande Vitória	230
Pesquisa de Satisfação de Lideranças Comunitárias	80
Condicionantes Ambientais de Comunicação Social e Educação Ambiental	1.740
TOTAL	43.062

3.3. Controle da qualidade

A Divisão de Controle de Qualidade da Cesan executa os serviços referentes ao controle da qualidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, monitorando a eficiência das estações de tratamento e o seu impacto ambiental.

No controle da qualidade dos sistemas de abastecimento de água, as atividades desenvolvidas são executadas conforme determina a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. No artigo 13, a referida portaria estabelece que compete ao responsável pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano exercer o controle da qualidade da água por meio de, dentre outras atividades, análises laboratoriais em amostras de água provenientes das diversas partes dos sistemas. As informações de qualidade dos sistemas de abastecimento de água são enviadas mensalmente às secretarias municipais de saúde, para abastecer o Sistema Nacional de informações sobre a Qualidade da água (Sisagua).

O controle da qualidade é realizado de forma sistemática em todas as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição. É importante para assegurar que a qualidade da água distribuída atende aos padrões de potabilidade e garantir a saúde do consumidor. Os laboratórios são equipados com instrumentos sofisticados que otimizam e garantem o controle contínuo da qualidade da água distribuída para a população. A estrutura de coleta conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água para execução de análises operacionais (cloro, cor, turbidez e pH) e um Laboratório Central localizado em Cobi, no município de Vila Velha. Por ano, entre parâmetros bacteriológicos, hidrobiológicos, químicos e físico-químicos, são gerados aproximadamente 211 mil resultados analíticos apenas no laboratório Central de Cobi. Análises que exigem instrumentação e tecnologia de alta complexidade são realizadas por meio de contrato.

Da mesma forma que acontece com o controle da qualidade dos sistemas de abastecimento de água, a Cesan mantém um rígido controle dos efluentes das estações de tratamento de esgoto, em atendimento aos requisitos legais para lançamento em corpos receptores e às condicionantes ambientais contidas no licenciamento de cada unidade operacional, seja para o efluente ou corpo receptor. O monitoramento dos parâmetros físico-químicos e biológicos é realizado pelo Laboratório Central, unidade de Araçás, no município de Vila Velha e são realizadas cerca 1.500 análises mensais.

Em 2015 o Laboratório Central (unidades de Cobi e Araçás) recebeu acreditação do Inmetro na Norma ISO 17025:2005. Em 2016, após nova auditoria, o laboratório conseguiu a manutenção da certificação além de aumentar o escopo de ensaios acreditados. A área também é Certificada ISO 9001 desde 2006.

3.4. Programa "Se liga na rede"

É uma iniciativa da Cesan para a despoluição das praias e rios através da mobilização da população para fazer as ligações dos imóveis às redes de esgoto implantadas na Grande Vitória. Em cada comunidade onde o sistema está liberado são promovidos encontros comunitários com as lideranças locais. Representantes da Companhia também vão de porta em porta explicar a importância da ligação de esgoto para estimular os moradores a conectar os imóveis à rede.

Em 2016 houve um acréscimo de 49.851 novos imóveis (economias) ligados à rede de esgoto, representando um crescimento de 12% em relação ao ano anterior. No último ano foram intensificadas as ações para despoluição da Baía de Vitória, que garantiu a ligação de grandes geradores de esgoto, como indústrias, comércios e condomínios, além de obras de interligação de novas redes e parcerias com prefeituras municipais.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Dados de atendimento

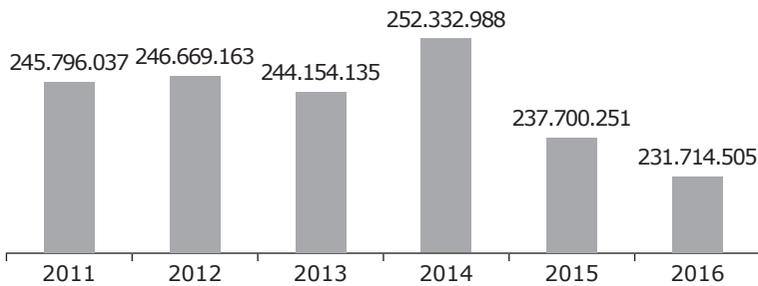
4.1.1. Sistema de abastecimento de água

Em 2016 a Cesan abasteceu 2,3 milhões de pessoas com água tratada, o que representou um aumento de 1,74% em relação ao ano anterior. O incremento resulta do crescimento do número de ligações, principalmente através das obras de crescimento vegetativo.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Volume de Água Produzida (m³)

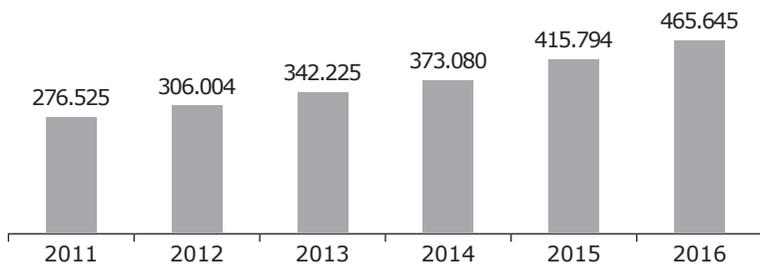


Pelo quadro acima percebemos a redução no volume de água tratada pelo segundo ano consecutivo, fruto das campanhas de conscientização promovidas pela Companhia e empenho de toda a sociedade capixaba para redução do consumo diante da grave crise hídrica.

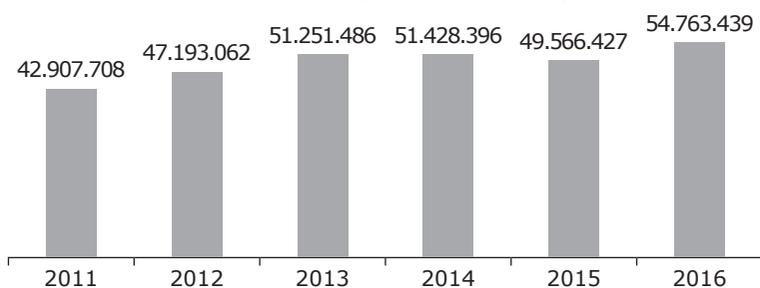
4.1.2. Sistema de esgotamento sanitário

No exercício de 2016 houve um incremento de 49,8 mil economias nos serviços de esgotamento sanitário, principalmente com a implantação de obras dos sistemas de Afonso Cláudio, Serra Sede, Jardim Limoeiro, Manguinhos, Ecoporanga, Montanha Sede, Muniz Freire, Vila Valério, Guarapari e bairro São Pedro, em Vitória, além de obras de expansão de redes e ligações de esgoto. O sistema de esgotamento sanitário beneficia 1.383.031 mil de habitantes em todo o estado do Espírito Santo.

Economias Ativas (unidades)



Volume de Esgoto Tratado (m³)



Com essas e outras obras que entraram em operação ao longo dos últimos anos a Cesan tratou 54,76 milhões de litros de esgoto no ano de 2016. Contribuindo para que deixassem de ser lançados na natureza sem tratamento, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade da água e da vida dos capixabas.

4.1.3. Perdas

O Índice de Perdas por Ligação, que mede as perdas reais decorrentes do rompimento de tubulações, furtos, vazamentos em unidades operacionais e inexatidão entre macro e micro medição, atingiu 418,02 litros/ligação/dia em 2016, valor abaixo da média das companhias de saneamento estaduais do Brasil, que é de 515,29 litros/ligação/dia, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis 2015).

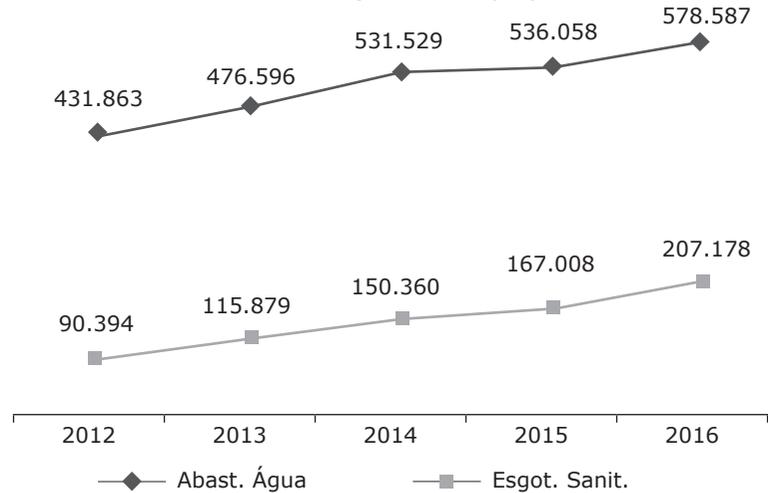
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1. Receitas

A receita operacional bruta atingiu R\$ 785.765 milhões, 11,8% mais do que os R\$ 703.065 milhões de 2015. A receita dos Serviços de Abastecimento de Água aumentou 7,7% em relação ao exercício de 2015, enquanto as receitas do Serviço de Esgotamento Sanitário aumentaram 23,6% em virtude do incremento de novas economias surgidas a partir da entrada em operação de vários sistemas de esgotamento sanitário. Vale destacar que o aumento foi devido à reposição dos custos incorridos no período, corrigidos por um índice de reajuste tarifário (IRT), cuja fórmula utilizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp) busca preservar o poder aquisitivo da receita da empresa que tende a ser impactado por pressões inflacionárias

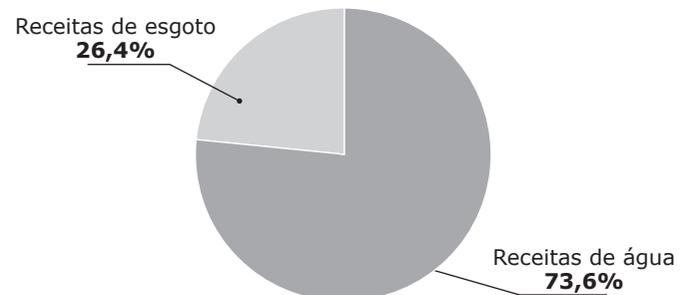
apuradas via índice de preços, além da evolução e repasse dos custos não administráveis. Trata-se de um modelo já praticado por outras Agências Reguladoras do setor de saneamento básico. A metodologia do IRT, utilizada pela Arsp nos reajustes de tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestado pela Cesan, foi aprovada através da consulta pública 001/2011.

Receita Operacional (mil)

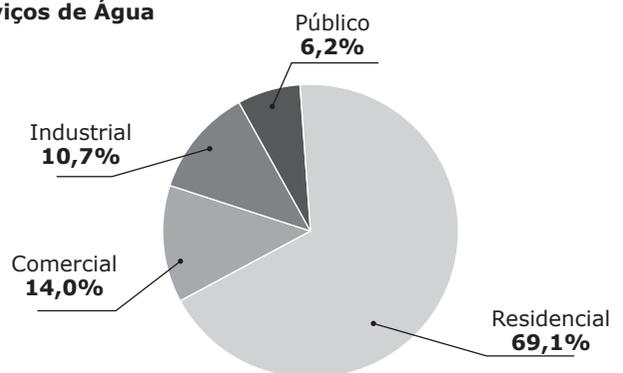


Detalhamento das fontes de receita:

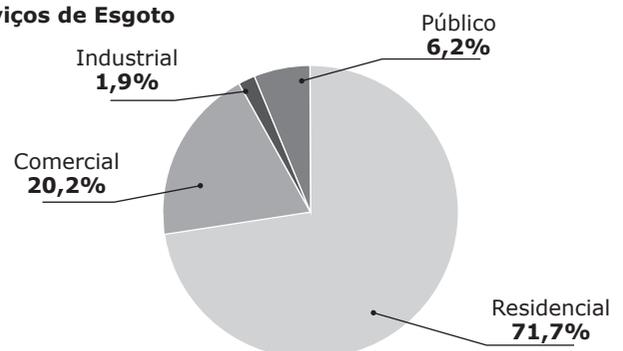
Receitas Totais



Serviços de Água



Serviços de Esgoto



COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

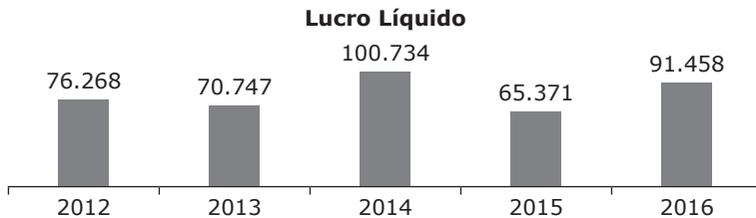
CNPJ: 28.151.363/0001-47

5.2. Custos e despesas

Os custos e despesas atingiram o valor de R\$ 600 milhões contra 558 milhões em 2015, representando um aumento de 8%, ou seja, menor que o aumento das receitas. A redução é atribuída principalmente à adoção de fortes medidas de contenção de custos e despesas iniciadas no início do exercício.

5.3. Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2016 foi de R\$ 91,5 milhões, totalizando um aumento de aproximadamente 40% em relação ao exercício de 2015, consequência da política de redução de custos implantada pela Empresa em todos os departamentos, fim da cobrança das bandeiras tarifárias de energia elétrica e aumento das receitas de serviço de esgoto.



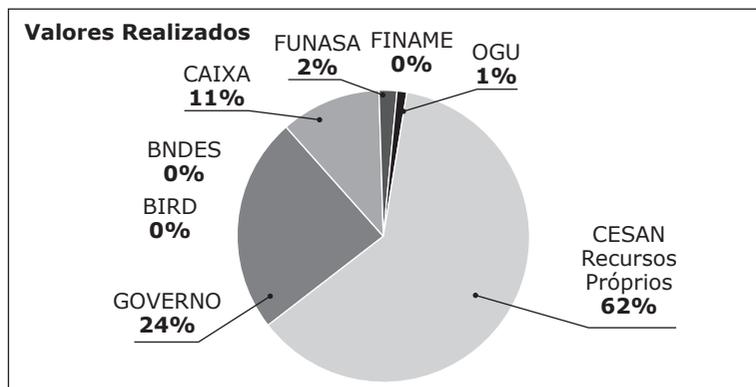
5.4. Remuneração dos acionistas

Conforme determina o Estatuto Social foi apurado o montante de R\$ 49,5 milhões de Dividendos para os acionistas da Cesan, a ser aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no mês de abril de 2017.

5.5. Investimentos

Em 2016, a Cesan investiu R\$ 186,6 milhões, sendo R\$ 109 milhões em abastecimento de água, R\$ 74 milhões em sistema de esgotamento sanitário e R\$ 3,6 milhões em programas de desenvolvimento operacional e institucional.

Investimentos	Previsto	Realizado
Sistemas de Abastecimento de Água	100.837	108.953
Sistema de Abastecimento de Esgoto ...	95.657	74.025
Outros	24.484	3.577
	220.978	186.555



5.5.1. Sistemas de abastecimento de água

Os investimentos na melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água da Cesan beneficiaram 2,3 milhões de habitantes. Entre os empreendimentos destacam-se a implantação do Sistema de Abastecimento Reis Magos, a ampliação e melhoria dos sistemas de Serra Sede, Civit e Nova Carapina e de Jacaraípe e Nova Almeida, no município de Serra, a ampliação dos sistemas de Guarapari, Anchieta e Iriiri, além das obras de expansão de redes e ligações de água que garantem que os sistemas acompanhem o crescimento populacional nos municípios atendidos.

5.5.2. Sistemas de esgotamento sanitário

As obras para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiaram 1,4 milhão de habitantes. Entre os empreendimentos destacam-se a Parceria Público-Privada em Serra, a ampliação dos sistemas de Nova Venécia e Marechal Floriano, as melhorias do sistema de Mantenópolis e as obras de expansão de redes e ligações de esgoto que garantem que os sistemas acompanhem o crescimento populacional nos municípios atendidos.

5.5.3. Parceria Pública Privada (PPP) município de Serra

A Cesan e o Governo do Estado vêm desenvolvendo estudos para ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário na Região Metropolitana da Grande Vitória para atingir a universalização da cobertura com os serviços até o ano de 2023.

Em 2015 entrou em operação a PPP no município de Serra, na modalidade de concessão administrativa, em que a sociedade de propósito específico Consórcio de Saneamento Serra Ambiental foi ganhadora do processo licitatório, tornando-se responsável pela obtenção de recursos para ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento em todo o município. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos com investimento estimado em R\$ 628.157 milhões. Ao final da concessão os bens serão revertidos para a Cesan. Em 2016, a Cesan desembolsou R\$ 45 milhões para a PPP de Serra.

O objetivo da PPP é fazer com que o município de Serra tenha sua cobertura elevada para 95% nos próximos nove anos. Atualmente, a cobertura de esgoto no município é de 76,3%, com 21 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e 125 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) em operação.

As obras de expansão de redes de esgoto tiveram início nos bairros Campinho da Serra I, Taquara I e II, além do andamento das obras em José de Anchieta e Planalto Serrano, totalizando 35 Km de rede construídos no ano de 2016. Também foram executadas melhorias e ampliações nas ETEs e EEEBs. Além disso, desde o início da concessão, mais de 37 mil imóveis foram interligados na rede de coleta e tratamento de esgoto.

5.5.4. Parceria Pública Privada (PPP) município de Vila Velha

Em 2016 foi promulgada a licitação para implantação da PPP do município de Vila Velha, onde a ganhadora foi a empresa Aegea Saneamento, com previsão de início no final do 1º semestre de 2017.

Estão em andamento os estudos de viabilidade técnica e econômica de novas PPPs para os serviços de esgotamento sanitário nos municípios de Cariacica, Guarapari, Fundão e Viana.

6. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A cultura da inovação na Cesan é um dos pilares na busca da excelência na gestão com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos e valorizar a força de trabalho. Desde 2007 a Cesan promove eventos onde os empregados são incentivados a desenvolver trabalhos de inovação que, além de serem reconhecidos através de premiações, são disseminados para toda a Empresa. Dentre os eventos destacam-se o Encontro de Inovação e o Encontro Técnico das Diretorias.

Com o mesmo propósito, os empregados são incentivados a inscrever seus trabalhos nos prêmios ligados à gestão e ao setor de saneamento, como Prêmio de Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves) e categoria IGS do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

Em 2016, o projeto de reúso de efluente das ETEs, implantado em 2015, recebeu Menção Especial – Destaque Gestão Criativa na 12ª edição do Inoves.

7. RECURSOS HUMANOS

A Cesan tem em seu quadro de pessoal 1.433 empregados, sendo 1.026 lotados na Grande Vitória e 407 no interior do Estado (em 31.12.2016). O Plano de Carreiras e Remuneração da Cesan, implantado em 2006, foi reformulado em 2014 e nele estão contidas diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial.

A empresa realiza ações de capacitação e desenvolvimento de seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. Essas ações envolvem a integração de novos profissionais à Empresa, o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, o incentivo à educação formal continuada e a capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais.

Todas essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos ainda diversos programas de bem estar dos empregados, que resultam em retenção de talentos, aumento de produtividade e qualidade dos serviços, dentre os quais se destacam a capacitação profissional, programa de apoio e orientação ao dependente químico, atendimento psicológico ao empregado e seus familiares, plano de assistência médica e odontológica, preparação para aposentadoria, readaptação funcional, entre outros.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

A política de valorização dos empregados é reforçada pelos planos de complementação de aposentadoria administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces), criada em dezembro de 1994 e que atualmente conta com 1.930 associados, sendo 899 ex-empregados ou pensionistas que recebem benefícios previdenciários.

A construção do modelo voltado para processos e resultados com qualidade introduziu mudanças que atendam a demanda e a evolução organizacional, no sentido de oferecer mais eficiência e competitividade empresarial.

A Cesan ofereceu em 2016 o Programa de Incentivo a Aposentadoria e Desligamento Voluntário - PIADV para os empregados. O plano teve a adesão de 56 empregados e 16 foram desligados em 2016.

8. PRÊMIOS E RECONHECIMENTO

A implantação de políticas de qualidade que conduzem à excelência dos processos e serviços é uma realidade na Cesan. A implantação do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) vai ao encontro da missão da empresa que é "Prestar serviços de saneamento com sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida".

Os oito critérios que sustentam o MEG abrangem as partes interessadas importantes para a Cesan, e são trabalhados praticamente em todas as Unidades da estrutura orgânica da empresa. Integram o planejamento estratégico na **Perspectiva Aprendizado e Crescimento**, através do objetivo estratégico OE07 - Promover a satisfação da força de trabalho e a cultura de excelência empresarial.

Desde 1999 a Cesan vem implantando o MEG em diversas unidades operacionais e, a partir de 2011, expandiu o modelo para toda a corporação. Os resultados da implantação do MEG se refletem na conquista de prêmios estaduais (Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES) e nacionais (Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS). Em 2011 a Cesan conquistou corporativamente no PNQS o Troféu Bronze no Nível I (250 pontos), e, em 2014, o Troféu Prata no Nível II (até 500 pontos).

Já no PQES, em 2014 a Cesan foi premiada no Nível II (Troféu Ouro).

Para 2017, a Companhia se prepara para candidatura Nível II no PQES, com objetivo de evoluir na gestão, na melhoria contínua da prestação de serviços e no atendimento aos clientes e, além da conquista do reconhecimento máximo no patamar dos 500 pontos, que é o Troféu Qualidade Espírito Santo.

9. PERSPECTIVAS

A Cesan segue firme no propósito da universalização dos serviços, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgotos na região em que já atua e na busca por novas concessões e negócios. A atuação da Companhia orienta-se pela responsabilidade em manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços de qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com níveis adequados de serviço e tarifas justas.

O compromisso é continuar investindo em modernização, novas tecnologias em gestão e processos, promover ações para reduzir perdas operacionais, investir em programas de formação e capacitação de seus profissionais, tendo sempre o cliente como foco principal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos Coser
Robson Leite do Nascimento
Andre de Albuquerque Garcia
Pablo Ferraço Andreão
José Alves Paiva
Nildo Antônio Leite de Mendonça

DIRETORIA EXECUTIVA

Pablo Ferraço Andreão
Presidência

Sandra Sily
Diretoria de Operações

Amadeu Zonzini Wetler
Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente

José Eduardo Pereira
Diretoria Administrativa e Comercial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	37.778	10.607
Valores mobiliários.....	5	40.340	39.221
Créditos e contas a receber de usuários	6	135.824	126.067
Estoques de materiais	-	4.204	5.145
Impostos a recuperar	7	3.030	1.384
Adiantamentos e convênios	8	14.437	14.872
Total do ativo circulante		235.613	197.296
Não circulante			
Créditos e contas a receber de usuários	6	6.547	3.971
Adiantamento e convênios	10	2.699	2.699
Depósitos judiciais	18	33.080	28.291
Contratos de concessões indenizáveis.....	13	177.053	139.691
Investimentos	-	95	95
Imobilizado.....	11	33.644	35.480
Intangível.....	12	2.215.345	2.134.152
Total do ativo não circulante		2.468.463	2.344.379
Total do Ativo		2.704.076	2.541.675

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	14	32.255	41.620
Empréstimos e financiamentos ..	15	12.119	10.969
Juros sobre capital próprio.....	24	49.482	35.473
Participação de empregados.....	24	9.341	11.177
Contribuições para FAECES	19	6.306	6.499
Impostos e contribuições a recolher	16	11.598	8.804
Salários e encargos a pagar	17	29.473	32.059
Provisão	18	14.492	2.138
Outras contas a pagar	-	2.448	6.823
Total do passivo circulante ...		167.514	155.562
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos ..	15	163.869	151.956
Impostos diferidos	9	34.163	37.050
Provisão	18	45.297	42.404
Contribuições para FAECES	19	90.785	22.807
Créditos de acionistas	20	38.682	43.561
Plano de aposentadoria	19	1.922	1.922
Subvenções para investimento ..	21	27.349	24.166
Total do passivo não circulante		402.067	323.866
Patrimônio líquido			
Capital social	-	2.028.413	1.866.977
Ajuste de avaliação patrimonial .	-	28.324	106.335
Reserva de lucros	-	77.758	88.935
Total do patrimônio líquido...		2.134.495	2.062.247
Total do passivo e patrimônio líquido		2.704.076	2.541.675

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida.....	25	712.103	637.785
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(203.200)	(194.455)
Custos dos serviços de esgoto.....		(102.983)	(90.024)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto.....		(83.048)	(68.967)
Custo dos serviços prestados.....	26	(389.231)	(353.446)
Lucro bruto.....		322.872	284.339
Despesas comerciais.....	28	(107.549)	(85.814)
Despesas administrativas.....	29	(86.601)	(102.673)
Participação dos empregados.....	24.6	(9.552)	(11.177)
Resultados dos serviços de construção.....	13	1.752	6.715
Outras despesas operacionais líquidas.....		(13.395)	(4.228)
		(215.345)	(197.177)
Resultado antes das receitas financeiras e impostos.....		107.527	87.162
Resultado financeiro.....	27	4.161	(7.556)
Resultado antes dos impostos.....		111.688	79.606
Imposto de renda.....	30	(14.698)	(10.333)
Contribuição social.....	30	(5.532)	(3.902)
		(20.230)	(14.235)
Lucro líquido do exercício.....		91.458	65.371
Lucro por ação.....		0,05	0,04

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício.....	91.458	65.371
Reserva de reavaliação.....	4.331	4.222
Ganhos e perdas atuariais.....	(73.680)	55.073
Resultado abrangente total.....	22.109	124.666

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros Investimentos	Reserva de lucros Legal	Ajustes de avaliação patrimonial Reavaliação	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SalDOS 01 de janeiro de 2015.....		1.767.211	71.289	25.963	55.073	-	1.919.536
Aumento de capital social.....	24.3	57.346	-	-	-	-	57.346
Absorção da reserva de investimentos.....	24.3	42.420	(42.420)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	65.371	65.371
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(4.222)	4.222	-
Ganhos e perdas atuariais.....		-	-	-	55.484	-	55.484
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	3.269	-	(3.269)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	30.834	-	-	(30.834)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.4	-	-	-	-	(35.490)	(35.490)
SalDOS em 31 de dezembro 2015.....		1.866.977	59.703	29.232	106.335	-	2.062.247
Aumento de capital social.....	24.3	103.970	-	-	-	-	103.970
Absorção da reserva de investimentos.....	24.3	57.466	(57.466)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	91.458	91.458
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(4.331)	4.331	-
Ganhos e perdas atuariais.....		-	-	-	(73.680)	-	(73.680)
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	4.572	-	(4.572)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	41.717	-	-	(41.717)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.4	-	-	-	-	(49.500)	(49.500)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016.....		2.028.413	43.954	33.804	28.324	-	2.134.495

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	91.458	65.371
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	68.054	59.235
Resultado na alienação de imobilizado	8.988	4.501
Provisões.....	23.515	10.914
Participação dos empregados	9.552	11.177
Resultado de construção.....	(1.752)	(6.715)
Outras receitas não monetárias	(317)	(7.837)
	199.498	136.646
Redução/(aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(13.711)	1.373
Estoque de material.....	940	(1.490)
Despesas antecipadas	(228)	6.446
Impostos a recuperar	(1.646)	16.065
Depósitos judiciais	(4.125)	8.438
	(18.770)	30.832
Aumento/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	(9.365)	(5.133)
Salários, férias e encargos sociais.....	(2.585)	5.049
Impostos e contribuições	(93)	(1.294)
Contribuições à FAECES.....	(5.894)	2.657
Outros	2.744	(6.385)
	(15.193)	(5.106)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	165.535	162.372
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(154.330)	(97.239)
Contratos de concessões indenizáveis..	(37.361)	(47.133)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(191.691)	(144.372)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	28.810	(403)
Amortização empréstimo bancário	(15.746)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	(144)
Participação de empregados.....	(11.388)	(11.062)
Crédito de acionistas.....	49.589	40.475
Subvenções para investimentos.....	3.182	(8.265)
Aplicação financeira em garantia.....	(1.120)	(35.739)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	53.327	(15.138)
Aumento no caixa e equivalentes	27.171	2.862
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.607	7.745
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.778	10.607
Aumento no caixa e equivalentes	27.171	2.862

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	712.103	637.785
PIS/COFINS	73.662	65.280
Receita bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto.....	785.765	703.065
Outras receitas.....	4.306	17.114
Provisões diversas	(7.047)	(10.914)
Resultados não operacionais	(9.074)	(3.468)
	773.950	705.797
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos.....	(18.086)	(14.434)
Serviços consumidos e outros custos.....	(153.448)	(152.971)
Energia e outras despesas operacionais..	(86.210)	(90.527)
	(257.744)	(257.932)
Retenções		
Depreciação e amortização	(68.054)	(59.235)
	(68.054)	(59.235)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	448.152	388.630
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	22.547	14.570
Aluguéis	172	152
	22.719	14.722
Valor adicionado total a distribuir	470.871	403.352
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos.....	129.967	118.670
Participação dos empregados nos lucros	9.552	11.177
Planos de aposentadoria e pensão	4.663	12.096
Assistência médica e odontológica	12.978	9.398
	157.160	151.341
Governo.....	139.013	121.483
Financiadores.....	83.240	65.157
Acionistas.....	49.500	35.490
Lucros retidos	41.958	29.881
	470.871	403.352

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nº 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de con-

cessão e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 902.722 economias em abastecimento de água (890.893 em 31.12.2015) e 465.645 economias em esgotamento sanitário (415.794 em 31.12.2015). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de água		Concessões de esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias		Nº de Economias		
	2016	2015	2016	2015	
Vila Velha	185.313	179.159	88.774	73.328	07/03/2055
Serra	168.502	162.454	114.954	83.448	07/03/2055
Vitória.....	144.390	144.388	109.858	102.919	07/03/2055
Cariacica	120.300	118.915	44.401	41.397	07/03/2055
Guarapari	63.770	62.977	39.981	32.565	07/03/2055
Viana	18.900	18.971	7.971	8.172	07/03/2055
Piúma	13.654	13.284	8.034	7.371	10/10/2022
Nova Venécia	13.156	12.724	-	-	20/07/2039
Castelo	10.918	10.810	9.165	9.074	18/07/2022
Barra de São Francisco.....	10.654	10.573	2.796	2.770	03/07/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detêm a concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- Nota nº 06 - Créditos e contas a receber de usuários;
- Nota nº 11 - Imobilizado;
- Nota nº 12 - Intangível;
- Nota nº 13 - Contrato de concessões indenizáveis;
- Nota nº 18 - Provisões.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis nestas demonstrações contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negocia-

ção na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores imobiliários, contas a receber de clientes, contratos de concessão indenizáveis, e adiantamentos e convênios.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e créditos de acionistas.

Passivos financeiro não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Contas a receber

i. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os

valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

ii. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2016 - 2015	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma

conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 12 meses.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Imposto de Renda corrente

O encargo de Imposto de Renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS.....	1,65
COFINS.....	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento

apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

n. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

o. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

p. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impon-tualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

r. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

s. Contratos de concessão

A Companhia está desenvolvendo várias ações para renovação dos Contratos de Concessões e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento em parceria com os Municípios que detêm a concessão. Dos 52 municípios, sob concessão da CESAN, 44 possuem Contrato com prazo de vencimento entre 2017 e 2055, 01 possui Contrato de Concessão a vencer em 2016 e, 07 estão com Contratos vencidos, estes, por sua vez, em fase de elaboração de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para continuidade do processo de renovação. De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007 – Marco Regulatório, 06 municípios já possuem Contratos renovados, 06 municípios já estão com a lei aprovada e publicada e em processo de renovação e, o prazo médio de validade dos mesmos é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2016, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

t. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas

ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

u. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

v. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

A seguir, avaliação da Companhia quanto a natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações aplicadas para o exercício de 2016:

Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014, essas melhorias incluem:

- IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio de venda ou distribuição aos titulares. A alteração esclarece que a mudança de um desses métodos de alienação para outro não seria considerada um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Esta alteração deve ser aplicada prospectivamente.

Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 - Combinação de Negócios para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é reavaliada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for mantido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação inicial em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta, sendo aplicadas prospectivamente. As referidas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não houve aquisição de participação em operação conjunta durante o período.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

- Contratos de serviços:** A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações.

- Aplicabilidade das alterações à IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas:** A alteração esclarece que as exigências de evidenciação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que tal evidenciação forneça uma atualização significativa às informações divulgadas no relatório

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

anual mais recente. Em caso de necessidade de aplicação deverá ser feito de forma retroativa.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 - Ativo imobilizado e na IAS 38 - Ativos Intangíveis que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia e suas subsidiárias, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes.

Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam adotando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados de alta qualidade é avaliada com base na moeda de denominação da obrigação, e não no país em que se encontra a obrigação. Quando não existe um mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração é aplicada retrospectivamente.

IAS 34 - Demonstração Intermediária

A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da administração ou relatório de riscos). As demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis aos usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Essas alterações não terão nenhum impacto sobre a Companhia.

w. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial Instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balan-

ço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida".

O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

A Companhia pretende adotar essa norma, se aplicável, a partir do exercício de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	48	67
Bancos - conta movimento	4.682	4.710
Aplicações financeiras curto prazo.....	33.048	5.830
Total.....	37.778	10.607
Aplicações financeiras	31.12.2016	31.12.2015
Caixa Econômica Federal	33.048	5.830
Total.....	33.048	5.830

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 100% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. DEPÓSITOS VINCULADOS

A Companhia mantém depositado nos Bancos Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados

	31.12.2016	31.12.2015
SES Nova Venécia.....	1.379	2.449
SAA Santa Leopoldina	4	286
SAA Reis Magos.....	21.276	27.061
SAA Jacaraípe	1.365	1.070
SAA Civit.....	1.739	562
SAA Guarapari	-	1.820
Convenio FINEP.....	271	274
Processo EBP	-	4.819
Governo do Estado para Obras Diversas .	9.502	-
SES Mucurici.....	1.358	-
SES Pancas.....	2.478	-
Bloqueios Judiciais	968	880
Total.....	40.340	39.221

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2016			31.12.2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	122.692	6.547	129.239	115.051	3.971	119.022
Valores a receber de Parte relacionada	1.191	-	1.191	1.172	-	1.172
Consumo não faturado	33.719	-	33.719	30.490	-	30.490
Total Contas a Receber	157.602	6.547	164.149	146.713	3.971	150.684
Arrecadação a discriminar.....	(567)	-	(567)	(755)	-	(755)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(21.211)	-	(21.211)	(19.891)	-	(19.891)
	(21.778)	-	(21.778)	(20.646)	-	(20.646)
	135.824	6.547	142.371	126.067	3.971	130.038

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2016	31.12.2015
Valores a faturar	33.719	30.490
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante).....	43.382	36.671
Vencidos até 30 dias	22.467	20.890
Vencidos de 31 a 60 dias	11.446	11.261
Vencidos de 61 a 90 dias	7.444	6.961
Vencidos de 91 a 120 dias	6.027	5.819
Vencidos de 121 a 150 dias.....	5.138	4.939
Vencidos de 151 a 180 dias.....	3.969	4.318
Vencidos acima de 180 dias	11.432	13.203
	145.024	134.552
Parcelamentos a vencer.....	19.125	16.132
Total.....	164.149	150.684

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$62.262(R\$50.050 em 31 de dezembro de 2015) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado.

	31.12.2016	31.12.2015
Em 1º de janeiro 2016	19.891	18.124
Provisão para perdas de contas a receber ..	63.582	51.817
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(62.262)	(50.050)
Em 31 de dezembro 2016	21.211	19.891

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31.12.2016	31.12.2015
Assembleia Legislativa	11	-
Banestes	3	3
Bandes	2	1
Cia de Transportes Urbanos Grande Vitória	82	66
Corpo de Bombeiros Militar	4	3
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem.....	-	4
Defensoria Pública do Espírito Santo	1	1
Departamento de Imprensa Oficial.....	-	1
Departamento Estadual de Trânsito do ES...	-	14
Estado do Espírito Santo.....	5	8
Faculdade de Música do Estado do Espírito Santo.....	1	2
Instituto Atendimento Sócio Educativo ES...	49	46
Instituto Capixaba de Pesquisa Assis. Tecn. e Extensão Rural	2	6
Instituto de Defesa Agrop. e Florestal do ES	4	6
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	6	3
Instituto Jones dos Santos Neves.....	1	1
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação	-	1
Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo.....	1	1
Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais	2	2
Ministério Público do ES.....	12	10
Polícia Civil - Delegacias e Distritos	21	16
Polícia Militar	-	32
Procuradoria Geral do Estado	-	2
Secr. de Estado da Saúde	230	152
Secr. Estado de Ciência e Tecnologia	3	1
Secre. Estado de Esporte e Lazer.....	-	3
Secre. Estado de Segurança Pública	6	5
Secretaria Estado de Cultura	-	4
Secretaria Estadual da Justiça	634	702
Secretaria Estadual de Agricultura	41	18
Rádio e Televisão Espírito Santo	-	1
Tribunal de Contas do ES	5	5
Tribunal de Justiça	62	48
Outros	3	4
Total.....	1.191	1.172

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda antecipado (a).....	1.920	445
Contribuição Social antecipada (a).....	428	338
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	335	300
PIS Lei nº 9.430/96.....	152	146
Outros tributos a recuperar.....	177	137
Contribuições previdenciárias.....	18	18
Total.....	3.030	1.384

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 30.

8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante quando correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contas de clientes - PDD Gerencial.....	2.888	12.898	-	-	2.888	12.898
Contingências trabalhistas e cíveis.....	41.980	29.168	-	-	41.980	29.168
Atualiz. Processos INSS.....	17.319	16.831	-	-	17.319	16.831
Reserva de reavaliação.....	-	-	(157.666)	(164.041)	(157.666)	(164.041)
Ajustes de RTT.....	(5.815)	(4.071)	-	-	(5.815)	(4.071)
Estudo atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária.....	56.704	55.158	(157.666)	(164.041)	(101.294)	(108.883)
Base - diferença temporária.....	19.279	18.754	(53.442)	(55.804)	(34.163)	(37.050)
Impostos ativos (passivos).....	19.279	18.754	(53.442)	(55.804)	(34.163)	(37.050)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31.12.2015	Reconhe- cimento apuração do tributo	Saldo em 31.12.2016
Reserva de reavaliação....	(55.804)	2.362	(53.442)
Diferenças temporárias ...	18.754	525	19.279
	(37.050)	2.887	(34.163)

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição dos saldos

			31.12.2016	31.12.2015
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido
Terrenos.....	-	3.844	-	3.844
Edificações e estruturas.....	4%	23.020	(9.548)	13.473
Móveis e utensílios.....	10%	8.322	(5.720)	2.602
Veículos equip. transportes.....	20%	18.768	(15.396)	3.372
Máquinas e equipamentos.....	10%	17.089	(11.169)	5.920
Computadores e periféricos.....	20%	22.462	(18.029)	4.434
Total.....		93.505	(59.861)	33.644
			33.644	35.480

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$7.565(R\$4.963 em 31 de dezembro de 2015) como despesa administrativa.

	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamento a fornecedores.....	197	491
Adiantamento a empregados.....	5.938	5.663
Créditos de órgãos públicos.....	44	414
Convênio Prefeitura de Vitória (a).....	7.404	7.404
Convênio Prefeitura de Águia Branca (b)..	750	750
Outros convênios.....	104	150
	14.437	14.872

(a) Prefeitura de Vitória – A Companhia firmou o Convênio nº 244/2011 com o município de Vitória para execução de obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e adjacências no valor de R\$7.404, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN;

(b) Prefeitura de Águia Branca – A Companhia firmou o Convênio nº 147/2011 com o município de Águia Branca para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município no valor de R\$ 750, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia.

10. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS – LONGO PRAZO

Prefeitura de Vila Velha – A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor R\$3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN. Até 31 de dezembro de 2016 foi repassado ao município o valor de R\$ 2.699:

	31.12.2016	31.12.2015
Convênio 39/2011 - Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	2.699	2.699
Total.....	2.699	2.699

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

11.2. Movimentação

	Saldo em 31.12.2014	Adições	2015 Baixas	Saldo em 31.12.2015	Adições	2016 Baixas	Saldo em 31.12.2016
Terrenos.....	3.843	-	-	3.843	1	-	3.844
Edificações e estruturas.....	20.736	1.898	(40)	22.594	426	-	23.020
Móveis e utensílios.....	8.259	54	(5)	8.308	17	(3)	8.322
Veículos equip. transportes.....	21.281	891	(3.318)	18.853	9	(95)	18.768
Máquinas e equipamentos.....	10.813	2.223	(1)	13.035	4.054	-	17.089
Computadores e periféricos.....	18.202	2.946	(6)	21.142	1.376	(56)	22.462
Subtotal.....	83.134	8.011	(3.370)	87.775	5.883	(154)	93.505
Depreciação acumulada.....	(47.332)	(8.290)	3.327	(52.295)	(7.662)	97	(59.861)
Total.....	35.802	(279)	(43)	35.480	(1.779)	(57)	33.644

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento:

	31.12.2016			31.12.2015	
	Custo	Amortização acumulada	Ajuste Valor Recuperável	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da concessão.....	2.704.490	(746.079)	(178.823)	1.779.587	1.752.541
Intangível em andamento.....	406.310	-	-	406.310	342.277
Software.....	71.819	(42.371)	-	29.448	39.334
Total.....	3.182.619	(788.451)	(178.823)	2.215.345	2.134.152

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2016, no total de R\$ 406.310, refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 162.334; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 205.656; R\$ 16.751 em materiais para aplicação em obras e R\$ 21.569 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2016 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 2.105 (R\$ 3.350 no exercício 2015).

A amortização do exercício apropriada ao resultado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$83.450(R\$70.632 em 2015).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;

- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções de despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.
- O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

12.2. Movimentação

Intangível	2015					31.12.2015
	31.12.2014	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.445.573	415.394	(4.405)	(63.372)	(40.649)	1.752.541
Intangível em andamento.....	617.361	103.386	(378.470)	-	-	342.277
Software.....	22.841	23.753	-	(7.260)	-	39.334
	2.085.775	542.532	(382.875)	(70.632)	-	2.134.152
Intangível	2016					31.12.2016
	31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.752.541	153.615	(9.753)	(73.564)	(43.252)	1.779.587
Intangível em andamento.....	342.277	185.309	(121.276)	-	-	406.310
Software.....	39.334	10	(9)	(9.887)	-	29.448
	2.134.152	338.934	(131.038)	(83.450)	(43.252)	2.215.345

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

13. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 177.053 (R\$ 139.691 em 31 de dezembro de 2015) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas de construção.....	14.187	55.724
Custos de construção.....	(12.435)	(49.009)
Total.....	1.752	6.715

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de materiais.....	3.376	7.567
Fornecedores de serviços.....	28.879	34.053
Total.....	32.255	41.620

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2016			31.12.2015		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional:						
BANESTES-FINAME.....	641	612	1.253	261	1.610	1.871
BANESTES-LEASING.....	-	-	-	2.072	-	2.072
CEF.....	11.478	163.257	174.735	8.636	150.346	158.982
Total.....	12.119	163.869	175.988	10.969	151.956	162.925

	31.12.2015	Adição	Amortização	31.12.2016
CEF.....	158.982	28.810	13.057	174.735
BANESTES-FINAME.....	1.871	-	618	1.253
BANESTES-LEASING.....	2.072	-	2.072	-
Total.....	162.925	28.810	15.747	175.988

(a) Caixa Econômica Federal – formado por 37 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 5,00% à 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

Além das garantias expostas acima o Contrato de Financiamento nº 0410.553.65/2014 para execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Civit e adjacências, município de Serra, neste Estado, exige em sua cláusula 13.13.1:

"Conta de Titularidade do **TOMADOR**, vinculada a este contrato de financiamento, aberta na agência da **CAIXA Agência Beira Mar/**

ES – nº 0167-8 nº. – 0167.03.9692-3, não movimentável por seu titular, mantida durante todo o período de vigência do contrato de financiamento, na qual é acumulado saldo equivalente a 01 encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito calculado com base na última cobrança disponível para este contrato, permanecendo este saldo bloqueado até a liquidação do financiamento ora concedido."

Contrato nº	Objeto	Valor da Garantia	Saldo na Conta em 31.12.2016
410.553-65	SAACiviti	35	36

(b) BANESTES / FINAME – Em dezembro de 2014 foram assinadas duas Cédulas de Crédito bancário com o Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes, providas com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira e originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento – FINAME, por meio do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, sendo o Banestes o agente financeiro desta operação. Esta operação destina-se à aquisição de 05 caminhões e 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas nas cédulas de crédito pela Cesan serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição de cada Cédula é a seguinte:

- Operação nº 2014/000130-1;
- **Assinatura:** 05 de dezembro de 2014;
- **Finalidade:** aquisição de 05 caminhões;
- **Programa:** BNDES/FINAME/PSI;
- **Valor:** R\$869;
- **Taxa de Juros:** 6,00% a.a.;
- **Carência:** 06 meses;

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- 30 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15 de julho de 2015;
- Prazo total:** 36 meses.

Operação nº 2014/41693-2.

- Assinatura:** 30 de dezembro de 2014;
- Finalidade:** aquisição de 25.000 hidrômetros;
- Programa:** BNDES/FINAME/PSI;
- Valor:** R\$1.175;
- Taxa de Juros:** 6,00% a.a;
- Carência:** 12 meses;
- 04 parcelas trimestrais de juros vencendo a primeira em 15 de maio de 2015;
- 48 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 2016;
- Prazo total:** 60 meses.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2016	31.12.2015
ISS retido na fonte	1.594	1.990
Imposto de renda	1.965	664
Contribuição social.....	820	320
Contribuições retidas na fonte.....	813	783
PIS.....	489	335
COFINS.....	2.281	1.556
INSS retido na fonte	1.443	1.043
Outras retenções e contribuições	1	5
Imposto de renda retido na fonte.....	2.192	2.108
Total.....	11.598	8.804

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2016	31.12.2015
INSS a pagar	8.407	8.898
FGTS a pagar.....	2.550	2.756
Pensionista a pagar.....	3	-
Sesi/Senai a pagar	173	180
Consignações a pagar	1.024	2.313
Férias a pagar.....	12.667	13.098
13º salário	7	-
Licença prêmio.....	4.642	4.814
Total.....	29.473	32.059

18. PROCESSOS JUDICIAIS

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer diante das questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Cível (a).....	5.956	3.715	8.750	1.006
Trabalhista (b) ..	17.051	14.564	31.386	26.514
Tributária (c)...	10.073	10.012	16.863	16.712
Ambiental (d) .	-	-	2.790	310
Total.....	33.080	28.291	59.789	44.542
Curto prazo	-	-	14.492	2.138
Longo prazo....	33.080	28.291	45.297	42.404
	33.080	28.291	59.789	44.542

Movimentação dos Processos Judiciais

Circulante	Movimentação dos Processos Judiciais			
	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Trabalhista.....	822	5.806	3.676	2.952
Ambiental.....	310	2.480	-	2.790
Cível	1.006	10.793	3.049	8.750
Total.....	2.138	19.079	6.725	14.492
Não circulante				
Trabalhista.....	25.692	5.760	3.018	28.434
Fiscal	16.712	151	-	16.863
Total.....	42.404	5.911	3.018	45.297
Trabalhista.....	26.514	11.566	6.694	31.386
Ambiental.....	310	2.480	-	2.790
Cível.....	1.006	10.793	3.049	8.750
Fiscal.....	16.712	151	-	16.863
Total.....	44.542	24.990	9.743	59.789

Movimentação Depósitos Judiciais

Não circulante	Movimentação Depósitos Judiciais			
	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Trabalhista.....	14.564	8.129	5.642	17.051
Cível e ambiental.....	3.715	10.641	8.400	5.956
Tributário	10.012	61	-	10.073
Total.....	28.291	18.831	14.042	33.080

(a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.

(b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

(c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

(d) Os processos ambientais referem-se autuações recebidas de órgãos fiscalizadores de Meio Ambiente nas esferas federais, estadual e municipais, sendo que a Companhia vem contestando tais autuações via administrativa e judicial.

18.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer diante das eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2016	31.12.2015
Cível.....	7.003	4.421
Trabalhista.....	41.276	28.127
Tributária	36.476	14.451
Ambiental.....	5.201	2.882
Total.....	89.956	49.881

19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação

da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei nº Complementar nº108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (Aposentadoria Programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (Aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de Aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de Pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento;
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 01 de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

c) Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$532,28 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) em 31 de dezembro de 2016, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE.

d) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (Aposentadoria Programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
 - Tenha atingido a idade mínima:
 - Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
 - Aposentadoria Antecipada: 50 anos de idade;
 - Carência (Aposentadoria por invalidez);
 - **Tempo mínimo de plano:** 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
 - Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
 - Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício.

Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício;

Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor

mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria;

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Do Reajuste

- As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 6,14% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 5,15% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 6,14% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: 1,5%;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- a) **Capacidade Salarial:** Não adotado;
- b) **Capacidade do benefício:** Não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.3.1. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) **Mortalidade Geral:** AT-83 segregada por sexo;
- b) **Entrada em Invalidez:** LIGHT (média);
- c) **Mortalidade de Inválidos:** IAPB 57 Forte.

19.3.1.3.2. Demográfica (Ativos)

- a) **Rotatividade:** 0,0%;
- b) **Geração Futura:** Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.2. Outras hipóteses

- a) **Entrada em Aposentadoria:** 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) **Composição familiar do participante:** considera-se que 90% são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) **Composição familiar do participante aposentado e do pensionista:** adotado a composição familiar real.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

19.4. Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa.

Exercício fiscal findo em: 31.12.2016 31.12.2015

A.Reconciliação do valor das obrigações atuariais

Valor das obrigações no início do ano...	278.185	310.289
Custo do serviço corrente.....	17.335	4.341
Juros sobre a obrigação atuarial.....	36.639	40.453
Benefícios pagos no ano.....	(21.329)	(17.417)
(Ganho)/perda atuarial	65.882	(59.481)
Valor das obrigações no final do ano.	376.712	278.185

B.Reconciliação do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do ano..	246.957	226.076
Rendimento esperado no ano.....	34.930	29.382
Contribuições de patrocinadoras.....	2.392	12.128
Contribuições Extraordinárias patronais..	9.451	-
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	5.076	5.597
Contribuições extraordinárias participantes	881	-
Benefícios pagos no ano.....	(21.329)	(17.417)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano.....	(55)	(8.809)
Valor justo dos ativos no final do ano	278.303	246.957

C.Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	376.712	278.185
Valor justo dos ativos do plano	(278.303)	(246.957)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	98.409	31.228
Passivo/(Ativo) líquido	98.409	31.228

D.Componentes da despesa / (receita) do plano

Custo do serviço corrente.....	17.335	4.341
Juros sobre as obrigações atuariais.....	36.639	40.453
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	34.930	29.382
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	88.904	74.176

E.Resumo dos Dados Cadastrais

Participantes Ativos

Quantitativo	455	504
Salário Médio (R\$)	6.826	5.793
Idade Média	56	55
Tempo médio de serviço.....	32	31

Aposentados

Quantitativo	728	681
Idade Média	67	67
Benefício médio (R\$)	2.063	1.836

Pensões

Quantitativo	181	164
Idade Média	65	70
Benefício médio	720,00	661,00

1.Componentes da despesa/ (Receita) do plano projetada para próximo ano

Custo do serviço corrente bruto	4.606	17.335
Juros sobre obrigação atuarial	40.679	36.639
Contribuições de participantes	(5.417)	(6.081)
Rendimento esperado dos ativos	(30.183)	(34.930)
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	9.685	12.963

2.Hipóteses usadas para determinar a despesa / (Receita) do plano

Taxa de juros nominal:		
Projeção salarial (ao ano):		1,50%
Inflação (ao ano):		5,15%

19.5. Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 que deverá ser paga em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de dezembro de 2014, foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388.

Em 24 de novembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 7.063.

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Passivo circulante	6.306	6.499
Passivo não circulante	17.105	22.807
Passivo não circulante-CPC 33.....	75.602	1.922
Total	99.013	31.228

20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Créditos monetários de acionistas.....	38.682	43.561
Total	38.682	43.561

O Governo do Estado, acionista majoritário da Companhia realizou aportes em dinheiro durante o exercício de 2016 na ordem de R\$ 38.682 para realização de obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário conforme discriminado no quadro a seguir. Os recursos foram contabilizados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para incorporação ao Capital Social da Companhia no próximo exercício após aprovação na Assembleia dos Acionistas.

Movimentação dos Créditos de Acionistas

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2016</u>
Crédito obras	3.379	5.682	3.379	5.682
Crédito obra - SAA Reis Magos-Serra	37.000	33.000	37.000	33.000
Crédito obra - SAA Vila Velha	1.382	-	1.382	-
Crédito obra - SAA Guarapari	1.800	-	1.800	-
	43.561	38.682	43.561	38.682

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

		31.12.2016	31.12.2015
Município de Cariacica	(a)	314	322
Município de Viana	(b)	204	210
Secretaria de Estado de Turismo	(c)	1.143	1.357
Município de Serra	(d)	-	591
Sedurb - Nova Venécia	(e)	5.863	5.826
Sedurb - Santa Leopoldina	(f)	744	1.248
Sedurb - Pancas	(g)	5.407	3.982
Sedurb - Cariacica	(h)	105	105
FINEP	(i)	403	403
Governo do Estado - Conv. ICMS	(j)	7.380	8.763
Sedurb - Mucurici	(k)	823	1.359
Suppin- Serra	(l)	4.963	-
Total		27.349	24.166

- (a) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- (b) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
- (c) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;
- (d) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Cidade Nova da Serra, município de Serra, com a obra em operação;
- (e) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia;

- (f) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina;
- (g) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do Município de Pancas;
- (h) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica;
- (i) Refere-se a recursos recebidos da FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento de uma pesquisa para desenvolver soluções tecnológicas para geração de bio-combustível em Estações de Tratamento de Esgoto;
- (j) A Companhia recebeu recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- (k) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do município de Mucurici.
- (l) Refere-se aos Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra localizado no município de Serra doadas a CESAN pela SUPPIN.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Caixa e equivalentes de caixa	
Contas a receber de clientes	
Valores mobiliários	
Adiantamentos e convênios	
Contratos de concessão indenizáveis	

Total do ativo financeiro

Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Empréstimos, financiamentos	
Fornecedores	
Créditos de acionistas	

Total passivo financeiro

Mensuração	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo Amortizado	37.778	37.778	10.607	10.607
Custo Amortizado	142.371	142.371	130.038	130.038
Custo Amortizado	40.340	40.340	39.221	39.221
Custo Amortizado	14.437	14.437	14.872	14.872
Custo Amortizado	177.053	177.053	139.691	139.691
	411.979	411.979	334.429	334.429
Custo Amortizado	175.988	175.988	162.925	162.925
Custo Amortizado	32.255	32.255	41.620	41.620
Custo Amortizado	38.682	38.682	43.561	43.561
	246.925	246.925	248.106	248.106

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de câmbio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2016 de 31 de dezembro de 2015.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respecti-

vos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47**

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2016		
R\$ 175.988.....	+ 0,5%	880
	- 0,5%	(880)
31.12.2015		
R\$ 162.925.....	+ 0,5%	815
	- 0,5%	(815)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no

ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	411.979	334.429
Passivos financeiros	(246.925)	(248.106)
	165.054	86.323

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2016					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	37.778	-	37.778
Valores mobiliários.....	5	-	40.340	-	40.340
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	142.371	-	142.371
Adiantamentos e convênios.....	8	-	14.437	-	14.437
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	177.053	-	177.053
		-	411.979	-	411.979
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	175.988	175.988
Fornecedores	13	-	-	32.255	32.255
Crédito de acionistas.....	20	-	-	38.682	38.682
		-	-	246.925	246.925

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2015					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	10.607	-	10.607
Valores mobiliários.....	5	-	39.221	-	39.221
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	130.038	-	130.038
Adiantamentos e convênios.....	8	-	14.872	-	14.872
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	139.691	-	139.691
		-	334.429	-	334.429
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	162.925	162.925
Fornecedores	13	-	-	41.620	41.620
Créditos de acionistas	20	-	-	43.561	43.561
		-	-	248.106	248.106

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Empréstimos e financiamentos	6,52	6,56
Arrendamento mercantil	-	17,81
	<u>6,52</u>	<u>24,37</u>

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
AAA	152	14.772
AA+	44.020	35.056
AA-	55	-
A+	33.875	-
	<u>78.102</u>	<u>49.828</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

Faixas de vencimento (i)

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 01 e 03 anos</u>	<u>Entre 03 e 05 anos</u>	<u>Acima de 05 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	12.119	22.678	23.363	117.828
Créditos de acionistas	38.682	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	32.255	-	-	-
	<u>83.056</u>	<u>22.678</u>	<u>23.363</u>	<u>117.828</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	10.969	20.656	21.353	109.947
Créditos de acionistas	43.561	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	41.620	-	-	-
Total	<u>96.150</u>	<u>20.656</u>	<u>21.353</u>	<u>109.947</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Total dos empréstimos e debêntures (nota 15)	175.988	162.925
Menos: caixa e equivalente de caixa (nota 04)	37.778	10.607
Dívida líquida	138.210	152.318
Total do patrimônio líquido	2.134.495	2.062.247
Total do capital	2.272.705	2.214.565
Índice de alavancagem financeira %	6	7
Índice de capital de terceiros %	6	7

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 83,83% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 14,53% de ações e pela Superintendência de Projetos de Polarização Industrial com 1,41% totalizando 99,77% das suas ações. Os 0,23% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados nas Notas nº6.1 e 25.1, respectivamente.

23.2. Remuneração administradores

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pagos a título de remuneração foi no montante de R\$ 1.895 e encargos e benefícios no montante de R\$ 711:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Remuneração.....	1.895	1.877
Benefícios.....	711	710
	<u>2.606</u>	<u>2.587</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$2.028.413.049 (R\$1.866.976.913 em 31 de dezembro de 2015), representado por 2.028.413.049 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada:

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo.....	1.700.364.696	83,83%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	294.662.333	14,53%
Superintendência dos Proj. Polarização (SUPPIN).....	28.525.713	1,41%
Minoritários	4.860.307	0,23%
	<u>2.028.413.049</u>	<u>100%</u>

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia".

24.3. Aumento de capital

Em 30 de Abril de 2016, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da Companhia, conforme decisão em Ata. Os recursos foram provenientes de:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Crédito de acionistas.....	68.571	-
Dividendos/JSCP	35.399	57.346
Reservas de investimentos.....	57.466	42.420
Total.....	<u>161.436</u>	<u>99.766</u>

24.4. Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro líquido do exercício.....	91.458	65.371
Reserva legal (5%).....	(4.573)	(3.269)
Realização da reserva de reavaliação.....	4.331	4.222
Base de cálculo dos dividendos.....	<u>91.216</u>	<u>66.324</u>
Dividendos (25%)	<u>22.804</u>	<u>16.581</u>
Juros sobre capital próprio.....	49.500	35.490
Imposto de renda retido na fonte.....	(18)	(17)
Valor líquido para distribuição.....	<u>49.482</u>	<u>35.473</u>

O saldo de juros sobre capital próprio de R\$49.482, referente ao exercício de 2016 não foi pago até 31.12.2016.

24.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2017 estão detalhadas a seguir:

Programas	<u>Previstos 2017</u>		
	<u>Recursos Próprios</u>	<u>Outras Fontes</u>	<u>Total Previsto</u>
Implant. e Ampl. Sist. Abast. Água	30.622	98.940	129.562
Implant. e Ampl. Sist. Esgot. Sanitário ..	87.748	74.635	162.382
Desenv. Operacional / Institucional	19.435	22.474	41.909
	<u>137.804</u>	<u>196.049</u>	<u>333.853</u>

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

24.6. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribuiu a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.306/2016, segundo esta resolução o valor a ser distribuído será limitado a 15% do lucro líquido da empresa, observada a Lei nº 6.404/76 e demais regras contábeis vigentes.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$9.552 (R\$11.177 em 31 de dezembro de 2015) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos empregados	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Início do exercício.....	11.177	11.062
Pago no exercício	(11.388)	(11.062)
Constituído no exercício.....	9.552	11.177
Final do exercício.....	<u>9.341</u>	<u>11.177</u>

A seguir, memória de cálculo da GER:

Descrição	Valor R\$ mil
Lucro de exercício	91.458
Reversão da GER.....	9.552
Lucro após reversão da GER.....	101.010
Reversão do IRPJ sobre a GER.....	(3.248)
Reversão da CSLL sobre a GER.....	97.762
Lucro do exercício para GER.....	450
Recálculo benefício fiscal (JSCP)	98.212
Valor a distribuir - 15%	14.732

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Número de economias</u>		<u>Valores em R\$ mil</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Fornecimento de água				
Residencial	824.836	811.385	395.056	360.209
Comercial	71.964	73.453	80.120	74.038
Industrial	1.126	1.228	61.063	63.836
Órgãos públicos.....	4.796	4.827	35.455	32.700
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	6.893	5.274
	902.722	890.893	578.587	536.057
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	423.185	375.774	147.786	118.461
Comercial	40.066	37.827	41.596	34.220
Industrial	596	586	3.860	4.109
Órgãos públicos.....	1.798	1.488	12.816	9.990
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	1.120	228
	465.645	415.675	207.178	167.008
			785.765	703.065
(-) Deduções da receita				
PASEP			(13.087)	(11.631)
COFINS.....			(60.575)	(53.649)
			(73.662)	(65.280)
Total			712.103	637.785

25.1. Faturamento com partes relacionadas

Nome	31.12.2016	31.12.2015	Nome	31.12.2016	31.12.2015
Arquivo Público Estadual.....	10	6	Ipajm – Instituto de Previdência do Espírito Santo	24	31
Banestes	94	78	Junta Comercial do ES – Jucees.....	5	5
Bandes	22	10	Ministério Pub. do Estado ES	155	117
Assembleia Legislativa	179	217	Polícia Civil Delegacias Distritos.....	252	255
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.....	878	753	Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	428	465
Corpo de Bombeiro Militar	42	44	Procuradoria Geral do Estado – PGE	18	30
Departamento Imprensa Oficial	11	12	Rádio e TV Espírito Santo	9	7
Depto Estradas de Rodagem	44	43	Secr. de Estado Assist. Social e Trabalho...	3	3
Detran do Espírito Santo.....	190	218	Secr. de Estado da Saude	3.491	2.185
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.....	17	23	Secr. de Segurança Pública	69	64
Estado do Espírito Santo.....	81	74	Secr. de Ciência e Tecnologia.....	25	14
Faculdade de Música do Espírito Santo.....	12	10	Secr. Estadual da Agricultura.....	373	255
Hospital da Polícia Militar	850	621	Secr. Estadual da Cultura.....	54	45
Iema – Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos	61	52	Secr. Estadual da Fazenda.....	61	63
Inst. Atend. Sócio Educativo ES	695	285	Secr. Estadual da Justiça	8.096	7.114
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural	32	16	Secr. Estadual de Esportes e Lazer.....	333	60
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES ...	58	48	Secr. Estadual de Turismo	-	4
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunico. do ES	17	15	Secr. Estadual de Educação.....	3.974	3.250
Inst. Jones dos Santos Neves	12	10	Secr. Estadual Gestão e Recursos Humanos.....	91	67
Ipem – Instituto de Pesos e Medidas do ES	18	9	Tribunal de Contas do Estado	73	64
			Tribunal de Justiça	617	590
			Outros	3	-
			Total Geral	21.477	17.232

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

26. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas com pessoal	(101.461)	(92.605)
Despesas com material	(15.993)	(12.086)
Despesas com serviço de terceiros.....	(104.308)	(96.865)
Depreciação e amortização	(87.260)	(67.301)
Energia elétrica	(80.209)	(84.589)
	<u>(389.231)</u>	<u>(353.446)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas de juros e acréscimos s/ faturas.	13.934	12.260
Receitas fin. de ganho com aplicações	8.464	2.308
Outras receitas financeiras.....	149	2
	22.547	14.570
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos.....	(15.333)	(15.107)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais	(3.053)	(7.019)
	<u>(18.386)</u>	<u>(22.126)</u>
	<u>4.161</u>	<u>(7.556)</u>

28. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas com pessoal	(17.375)	(14.169)
Despesas com material	(47)	(74)
Despesas com serviço de terceiros.....	(26.842)	(21.331)
Perdas no recebimento de tarifas.....	(70.355)	(57.355)
Reversão de perdas	8.092	7.305
Outras despesas.....	(1.022)	(190)
	<u>(107.549)</u>	<u>(85.814)</u>

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas com pessoal	(69.549)	(68.339)
Despesas com material	(2.046)	(2.275)
Despesas com serv. de terceiros.....	(22.299)	(35.421)
Outras despesas.....	7.293	3.362
	<u>(86.601)</u>	<u>(102.673)</u>

30. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	<u>Período findo em 31.12.2016</u>	<u>Período findo em 31.12.2015</u>		
Resultado antes dos impostos	111.688	79.606		
Juros sobre capital próprio.....	(49.500)	(35.490)		
Base de cálculo	62.188	44.116		
Adições	882	857		
Exclusões	(1.612)	(1.612)		
Lucro real.....	61.458	43.361		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Imposto de renda e contribuição social ..	15.347	5.531	10.822	3.902
Incentivos fiscais	(645)	-	(483)	-
Outros	(4)	1	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal.....	<u>14.698</u>	<u>5.532</u>	<u>10.333</u>	<u>3.902</u>
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Prejuízos fiscais.....	-	-	-	-
Regime tributário transitório - RTT	2.123	764	(275)	(99)
IRRF / CSRF.....	(398)	(62)	(178)	(37)
Outros	6	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	<u>16.428</u>	<u>6.234</u>	<u>9.880</u>	<u>3.766</u>
Alíquota efetiva	<u>36,44%</u>		<u>30,93%</u>	

31. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Faixas de vencimento (i)</u>			
	<u>Até 01 ano</u>	<u>Entre 01 e 03 anos</u>	<u>Entre 03 e 05 anos</u>	<u>Acima de 05 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Comprometimento de capital	306.473	100.790	59.055	429.095

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**Pablo Ferrazo Andreão**

Diretor-presidente

Sandra Sily

Diretora de Operação

Amadeu Zonzini Wetler

Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

José Eduardo Pereira

Diretor Administrativo e Comercial

Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro

Contador CRC 11.475 0/ES

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("**CFC**"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a

sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de março de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 13846/0-1-S - ES

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/0-6 - S - ES

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/0-3 - S ES

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Admi-

nistração e no Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes, datado de 08 de Março de 2017, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 21 de março de 2017.

Carlos Luiz Tesch Xavier
Conselheiro

Edson Luiz Bermudes Ferreira
Conselheiro

Luis Fernando Mendonça Alves
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2016

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, cujo

Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 2.704.075.771,00 (dois bilhões setecentos e quatro milhões setenta e cinco mil e setecentos e setenta e um reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 28 de março de 2017.

João Carlos Coser
Presidente do C.A.

Pablo Ferraço Andreão
Conselheiro

André de Albuquerque Garcia
Conselheiro

Robson Leite do Nascimento
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Nildo Antônio Leite de Mendonça
Conselheiro